

Comércio de rua: ocupação consolidada no espaço público, possibilidades de abordagem no projeto urbano

Maria Beatriz Afflalo Brandão [Bitiz Afflalo]

Dissertação de Mestrado apresentada no
Prourb - Programa de Pós-graduação em Urbanismo
da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de
Janeiro, em dezembro de 2008

Orientadora: Lucia Maria Sá Antunes Costa

III CINCCI

III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade:
uma relação de origem

Inscrição para o tema tema:

2. Espaço urbano e as atividades de comércio e serviços varejista.

São Paulo, 2010

Comércio de rua: ocupação consolidada no espaço público, possibilidades de abordagem no projeto urbano

1. Identificação do problema

A percepção da necessidade de se estudar esse tema, presente e persistente no espaço público da cidade do Rio de Janeiro há mais de duzentos anos, e que, acreditamos, precisa de atenção, para que os projetos urbanos se consolidem adequadamente, motivou nosso trabalho. Essa presença contínua e histórica fomentou a incorporação dessa atividade por vários segmentos da população, mantendo o comércio ativo onde quer que ele se instale.

Duas experiências profissionais anteriores suscitaram as questões básicas deste tema: o projeto Rio Orla, no qual um dos mais importantes problemas a resolver era o comércio ambulante irregular estabelecido na orla do Rio de Janeiro; e o projeto Rio Cidade, que nos seus requisitos incluía o design de quiosques para venda do comércio ambulante, mas que na maioria dos projetos-bairro, o equipamento nunca chegou a ser produzido ou implantado.

A abordagem inclui diversos aspectos:

- histórico: para compreensão dos comportamentos culturais e das relações sociais do desenvolvimento da atividade;
- legal: como objeto de leis disciplinadoras;
- de gestão urbana: na observação do controle cotidiano;
- urbanístico: na ocupação do espaço público no projeto urbano e
- de design: na criação dos suportes da atividade que ocupam o espaço urbano.

A pesquisa sobre o comércio de rua na cidade do Rio de Janeiro abrange desde o Brasil colônia, mais especificamente, após a chegada da corte portuguesa ao Brasil. Objetiva apresentar dados relativos a esta atividade e traçar uma perspectiva de projeto urbano, com a possibilidade de inclusão do comércio informal. A metodologia desta proposição pressupõe o trabalho através de equipes transdisciplinares.

2. Metodologia e bibliografia básica

No texto de apresentação do livro de Elizabeth Costa sobre ambulantes, a Prof. Lucrecia D'Alessio Ferrara, aborda duas questões, que continuam persistentes ao tema - a interdisciplinaridade e a questão metodológica.

A primeira evidencia-se logo: qualquer abordagem precisa ser trabalhada nos diversos aspectos mencionados. Ferrara [in Costa.1989:10] também destaca a importância da observação, para interpretação de formas de ver e compreender a cidade. Para uma abordagem inicial sobre o assunto, recorreremos ao livro citado acima e dois artigos.

O primeiro, de Renata Villas-Boas [1996], é uma análise da gestão pública do comércio ambulante, em São Paulo, especificamente no governo da Prefeita Luiza Erundina. Em destaque a análise dos dados da pesquisa IBOPE/CEPAC, realizada em 1991 com os ambulantes, determinante para a definição de questões a serem pesquisadas. No outro artigo, Bila Sorj [1993] analisa sua pesquisa de 1988, com os ambulantes do Rio de

Janeiro. A diferença de vinte anos para a nossa pesquisa foi útil para uma comparação que nos indicou as tendências que permaneceram neste universo estudado.

“Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização”, organizado por Maria de Fátima Cabral Marques Gomes [2005] com vários artigos, em diversas abordagens trouxe informações que consolidaram e enriqueceram as nossas abordagens.

A conclusão de Costa [1989:31], de que o espírito farejador dos comerciantes da idade média “permanece presente nos dias de hoje”, nos indicou a busca da compreensão da maneira que se organizava o comércio de rua, desde primeiros planos das cidades até hoje. Benévolo [1996], Gutman [1981], Ratto [2004], Stewart [1952], Roseneau [1988], Debret [1989] e Choay [1994,1998] contribuíram para a análise e o entendimento da organização do comércio e seu funcionamento no espaço público. Whyte [1988], Aris [1996], Castells [1999] e Tsiomis [1993,1996] forneceram pontos para essa análise.

O olhar mais direcionado ao Rio de Janeiro, foco do nosso estudo nos revelou que, historicamente, como uma colônia européia, iniciamos nosso comércio com a participação de vendedores autônomos, tanto mascates como negros de ganho; estes últimos, patrocinados pelos Senhores, que os enviava à venda, para dela auferir lucro.

Autores como Debret[1999], Walsh [1985], Morales de los Rios [2000], Goulart [1992] e Ferrez [1984] proporcionaram informações para que fosse possível ter um quadro teórico e iconográfico do comércio de rua nos séculos XXVIII e XIX. Cavalcanti [2004], Morales de los Rios [2000], informações da própria Prefeitura e a nossa experiência em licitações de mobiliário urbano indicaram um elenco de tipos de comércio de rua tais como as feiras livres, as feiras de artesanato e as bancas de jornais.

Nossa pesquisa histórica evidenciou que as leis relativas ao exercício da atividade eram, quase sempre, contraditórias. Ora permitiam o comércio nas ruas, ora o proibiam. Observar a gestão pública relativa à atividade era, sem dúvida, importante para compreender as permissões e limitações legais que influenciariam na possibilidade da atividade nas ruas da cidade.

Novamente Villas-Boas [1996], Morales de los Rios [2000] e Cavalcanti [2004] nos permitiram compreender os principais pontos históricos de gestão pública deste comércio, que tende para os mesmos procedimentos de hoje, ou seja, a alternância entre o proibido e o permitido. Em Brenna [1985], conseguimos registros do período Pereira Passos, no combate aos quiosques. Whyte [1988] nos instigou a observar o aspecto legal e Curvelano [2004] nos deu essa possibilidade através da sua publicação sobre a Legislação Fiscal do Rio de Janeiro, que nos permitiu uma análise das leis, a montagem de um quadro tipológico e um resumo com destaque dos pontos que interferem no projeto urbano. Além desse eixo bibliográfico, outros autores complementam a pesquisa e são citados em bibliografia no final do artigo.

Mas é parte fundamental a pesquisa de campo, cuja metodologia incluiu: observação e fotografia para compreensão dos locais a serem estudados; questionários e entrevistas com ambulantes das áreas definidas como estudo de caso; mapas e fotos dessas áreas; entrevistas com administra-

o aprofundamento de estudos sobre o assunto, uma vez que apresenta resultados sob diversos enfoques

3. Principais resultados

3.1 Análise das relações dos espaços de comércio na estruturação das cidades

A essência do comércio continua a mesma, desde sua origem: uma relação bilateral na qual o interesse na mercadoria aliado à viabilidade econômica estabelece uma relação de troca – a venda e a compra. Mas para que essa troca aconteça é necessário um espaço de encontro. A localização deste espaço de encontro nos planos das cidades foi o ponto que nos interessou observar.

A lógica do comércio de rua é fundamentalmente a mesma lógica do comércio nas cidades medievais. Séculos depois, Whyte [1980:50] constata que o vendedor “está constantemente testando o mercado”, e se organizando para isso. E, se observarmos os locais de ocupação do comércio ambulante nas cidades, vamos encontrá-los em praças, ruas de grande fluxo de pedestres e até mesmo em arcadas, como na Av. Nilo Peçanha, no Rio de Janeiro, lugar considerado privilegiado pelos próprios ambulantes, uma vez que estão protegidos da diversidade climática.

Há cidades que há séculos utilizam os mesmos espaços públicos para as atividades de comércio. Em Florença, ainda nos dias de hoje um comércio ambulante dá continuidade a mercadores do século XVI na ‘Loggia del Mercato Nuovo’, ou ‘Loggia del Porcellino’. E o faz, com da mesma forma que os ambulantes do Rio de Janeiro. Pela manhã, os ambulantes chegam e montam suas barracas. À noite um esquema contratado, retira tudo, esvaziando o local, que passa a funcionar como local turístico.



Numa outra perspectiva, essa atividade funcionou como uma das formas de estruturação das cidades através da regularização do espaço público ocupado. Aqui mesmo, no Rio de Janeiro, vamos encontrar, no século XIX, um exemplo citado por Debret, quando nos aponta um movimento de estruturação da cidade, surgido da atividade ambulante, no mercado avícola na praia Dom Manuel.

Segundo Monnet [in Gomes. 2006:177], a espacialidade do comércio foi modificada ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. No primeiro, tínhamos o mercado aberto e lojas, onde artesãos colocavam seus produtos à venda; no sec. XIX, iniciou-se a caça aos vendedores de rua, enquanto crescia o modelo de grandes lojas; e no século XX, adota-se a especialização dos espaços, cabendo à rua a função do deslocamento, despido das transações anteriores.

É neste contexto que o comércio de rua se consolida e se expande.

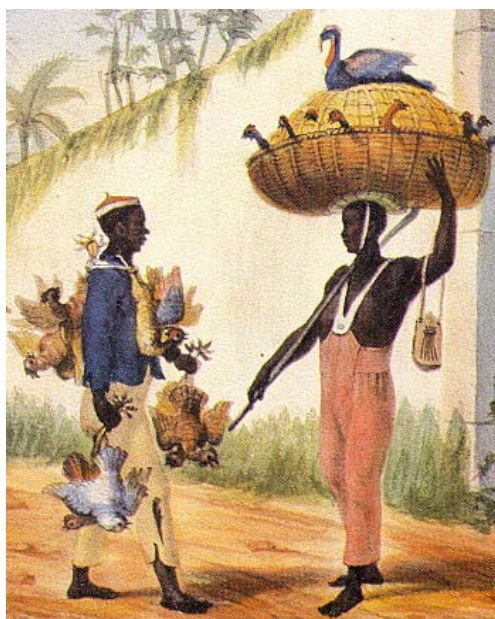
Ademais, se faz pertinente entender as transformações que se estabelecem no território das cidades. De acordo com Frugoli Jr [1995:87,105,106], as megacidades traduzem um espaço que concentra o poder: a nova elite política empresarial tecnocrática com espaços exclusivos, denominados Micrópolis [Argullol in Revista do Patrimônio, no 23:61], segregados da cidade real; e a plebe que ocupa a cidade tradicional, onde ainda se misturam todos os atores, com tendências de ocupação informal em grandes áreas da cidade. Assim a cidade se vê dividida em dois níveis gerais: o espaço das micrópolis – shoppings e grandes mercados - onde todo espaço público é privado, e os espaços públicos da cidade tradicional.

Produzimos então uma cidade partida, global e local, refletida no processo de urbanização e/ou ocupação dos espaços da cidade. E na lógica dos grandes conglomerados comerciais, começam a se desenvolver centros de agregação de ambulantes como o Shopping da Madrugada em São Paulo; ou o espaço do catete, que a Associação dos Ambulantes do Flamengo administra, onde instalaram-se vários ambulantes, e na Central do Brasil, onde a Associação dos Micro Empresários da Central do Brasil paga um aluguel de R\$ 22.000,00 rateado entre 200 ambulantes.

Para Moreira Martins [in Gomes. 2006:93], os espaços ocupados por ambulantes “quebram a ordem mais rígida do tecido urbano formalmente apropriado no qual estão inseridos”, mas dão àquele lugar “discursos e práticas socialmente e culturalmente válidos para certas camadas populacionais de menor poder aquisitivo, que reinventam uma nova ordem e redefinem funcionalmente o espaço”.

3.2 Referências históricas do comércio de rua no Rio de Janeiro e no Brasil

No Rio de Janeiro, vendedores ambulantes, desde o século XIX, percorrem ou se instalam nas ruas da cidade. Se antes de 1808, com a precariedade do comércio instalado, já havia a necessidade do comércio ambulante, com a vinda da família real esta atividade é insuflada pelo próprio Príncipe Regente, através de lei em 1810, e passa a constituir-se numa forma constante de comércio, encontrada nas ruas da cidade ao longo de mais de dois séculos.



Nos registros de Debret podemos analisar e tipificar o vendedor ambulante, observando seu comportamento social, alguns deles presentes na nossa vida, até os dias de hoje, definindo um comportamento cultural que irá se enraizando no cotidiano da cidade. A seqüência de reproduções de seus desenhos nos dá uma visão dos diversos tipos de vendedores que se espalhavam pelas ruas do Rio. Dentre eles; os vendedores de doces, milho, aves, angu e cestos.





Muitos tipos de Debret se transformaram através dos suportes, mantendo as mesmas atividades.



Desde Debret, que os desenhou, até Marc Ferrez, que os revelou em suas fotos, sessenta anos se separam, mas a persistência da atividade ambulante se mantém. A série de fotos "Vendedores ambulantes no Rio", de 1895, representa bem a consolidação dessas atividades na zona urbana do Rio. Uma análise comparativa, entre os desenhos de Debret e as fotos de Marc Ferrez, nos informa sobre processo de soluções alternativas de sobrevivência dos habitantes do Rio de Janeiro. [[fotos]



Estabelece-se, então, um primeiro destaque relativo ao uso do espaço público; a relação histórico-cultural. Moradores de uma cidade como a do Rio de Janeiro que, há dois séculos vêem o espaço público como local de mercado, são na verdade um público cativo para o comércio ambulante. Para resolver a questão onde há problemas é preciso mais que um projeto. É preciso um novo paradigma de uso do espaço público pelo mercado ambulante.

3.3 O poder público, as leis, causas, conseqüências e o controle urbano

As prerrogativas e os processos de instalação do comércio ambulante vão depender da administração pública de cada cidade, em cada tempo.

Os grandes centros são os que apresentam maiores problemas a respeito desta atividade. No Rio, como em São Paulo, o tema assume as tendências das diretrizes políticas de cada administração municipal. Contudo, é importante destacar que, "marcado por conflitos, seja quando a decisão foi de proibição da atividade, seja nas tentativas do poder público de regular ou fixar limites para o seu exercício, o comércio ambulante sempre desafiou as autoridades, escapando do controle estabelecido" [Villas Boas,1996:10].

A análise da política urbana, das leis, da gestão pública incluindo seus projetos, como Rio Orla, Rio Cidade e de cadastramento geral dos ambulantes nos deu uma perspectiva da instabilidade gerencial do problema. A cada governo são determinados novos decretos que ou anulam os anteriores ou legalizam uma postura ilegal anterior. Os principais resultados da análise da gestão pública foram:

- . tipificar o comércio de rua: os quadros nas páginas seguintes apresentam o comércio legalmente possível
- . identificar quais setores do governo são responsáveis pelo aspecto formal dos suportes de comercialização.
- . quais equipamentos podem ser utilizados no espaço público.

São muitas as possibilidades de comercialização no espaço público e a organização deste quadro tipológico é uma forma de tentar perceber o conjunto de elementos permitidos .

[ver quadros nas páginas seguintes]

Tipo de ambulante	Equipamento exigido	Leis relativas
1. ambulante em tabuleiro ou barraca	tabuleiro de 1m x 1.10m, com cobertura de 20 cm além da área do tabuleiro	Lei 1.876, de 29.06.1992
2. ambulante sem ponto fixo	bujão, cesta ou caixa a tiracolo, mala com 70 x 45 x 30 cm, pequeno recipiente térmico	Lei 1.876, de 29.06.1992
3. ambulantes com veículos	módulo ou veículos motorizados com dimensões máximas de 2.50 x 1.80 x 2.50m [alterado pela lei 2.766/99]	Lei 1.876, de 29.06.1992
4. ambulantes em trailers	trailers com comprimento de 2.51 a 7.0 m, largura de 1.81 a 2.50 m e altura de no máximo 3 m	Lei 1.876, de 29.06.1992
5. engraxates	cadeira padronizada, nas áreas de recuos de edifícios ou em pequeno módulo transportável. Pode exibir publicidade.	Lei 1.876, de 29.06.1992 Lei 3.549, de 16.04.2003
6. fotógrafos	não especificado	Lei 1.876, de 29.06.1992
7. baianas	requerido o uso de caixas envidraçadas com dimensão máxima de 1.0 x 0.70 m, fixadas em cavaletes	Lei 1.876, de 29.06.1992
8. vendedores de angu	requerido um veículo de material inoxidável e vedação perfeita.	Lei 1.876, de 29.06.1992
9. quiosque de flores e plantas em praças públicas	requerido modelo aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Fundação Parques e Jardins	Lei 1.876, de 29.06.1992 Lei 772, de 03.12.1985 Decreto 14.608, de 04.03.1996 Decreto 22.553, de 03.01.2003
10. pintores e artistas plásticos	exposição em cavaletes ou outro suporte desmontável, aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda	Lei 1.876, de 29.06.1992
11. vendedores ambulantes de praia em ponto fixo	barraca tipo guarda-sol com 2 m de perímetro	Lei 1.876, de 29.06.1992
12. vendedores ambulantes de praia em carrocinha	modelo aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda, sendo proibido o estacionamento	Lei 1.876, de 29.06.1992
13. vendedores ambulantes de praia	com uso de pequeno recipiente térmico ou outros determinados pela Secretaria Municipal de Fazenda; módulos padronizados de ambulantes da areia da praia e elementos para venda ambulante a tiracolo	Lei 1.876, de 29.06.1992 Decreto 20.225, de 13.07.2001

Tipo de ambulante	Equipamento exigido	Leis relativas
14. ambulantes de aves, ovos e derivados	veículos motorizados, devidamente aparelhados com caixa térmica ou freezer, ou veículos não motorizados frigoríficos [trailers]	Decreto 12.113, de 26.03.1993
15. fotógrafos de cabinas automáticas	cabinas destinadas a equipamentos de fotos automáticas com dimensão máxima 1,50 m ² , instalada somente em calçadas com mais de 3m	Lei 2.547, de 13.05.1997 Decreto 16.937, de 13.08.1998
16. quiosques de frutas padronizados	estrutura removível, com modelos aprovados pela Secretaria Municipal de Fazenda, ouvida a Secretaria Municipal de Urbanismo de, no máximo 9m ² , com implantação em 15m ² .	Lei 2.567, de 16.09.1997
17. quiosques da Lagoa	projeto especial da Prefeitura, com instalação de 24 a 30 conjuntos de mesas e cadeiras	Resolução Conjunta SMS/SMG nº 1, de 11.06.1999
18. quiosques de livros	parâmetros definidos pelas Secretarias Municipais de Governo e Cultura. Modelo a ser aprovado pelo Instituto Pereira Passos	Decreto 23.864, de 19.12.2003 Decreto 23.927, de 26.01.2004 Lei 2.934, de 24.11.1999
19. ambulantes de prestação de serviço de massagem e outras terapias corporais	uma maca e um guarda-sol não ultrapassando a área de 4 m ²	Decreto 24.520, de 12.08.2004
20. bancas de jornais e revistas	comprimento até 6 metros, largura até 3 metros e altura até 3 metros	Lei 3425, de 22.07.2002
21. ambulantes da feira de antiquários do Rio de Janeiro	barracas de 2.20 x 1.60m	Decreto 15.503, de 03.02. 1997
22. ambulantes da feira noturna turística de Copacabana	barraca de 1.0 x 1.10 m com cobertura de lona branca	Decreto 17.332, de 19.02.1999
23. ambulantes das feiras especiais de arte - Feirartes	barracas de no máximo 2.0 x 3.0m ou em painéis de 1.25 x 3.00m e barracas de 4.0 x 4.0m, exclusivamente para ambulantes de comidas típicas	Lei 1.533, de 10.01.1990
24. ambulantes de feiras alternativas	sem especificação	Lei Complementar nº 50, de 05.04.2001
25. ambulantes de feiras-livres	tabuleiros com lona verde para o feirante-produtor; lona listada de vermelho e branco para o feirante-mercador; lona amarela para os feirantes de cabeceira de feira e veículos refrigerados para vendedores de aves e peixes	Lei 492 de 04.01.1984
26. ambulantes das feiras móveis	comercialização exclusiva em veículos	Decreto 13.195, de 09.09.1994

3.4 O comércio de rua no Rio de Janeiro de hoje

Para definir o universo estudado foram desenvolvidas entrevistas com ambulantes e sua representação associativa. É importante esclarecer que os questionários e entrevistas foram realizados entre os ambulantes que possuíam licença na ocasião da pesquisa.

Um dado importante deste tipo de comércio, segundo Gomes [2006:220], que caracteriza o ambulante atual, é o papel de maximização dos lucros de

empresas que se encontram no mercado formal, comprovado em bancas vendedoras de alimentos e bebidas.

Os resultados da nossa pesquisa revelaram alguns dados surpreendentes, principalmente quando comparados à imagem construída sobre essa parcela da população nos meios de comunicação que, em geral, priorizam as notícias mais conflituosas e tratam esse personagem do espaço público como um marginal.

A análise desses resultados foi desenvolvida de forma comparativa, entre os três locais pesquisados, num intuito de checar as particularidades e semelhanças e construir um quadro final o mais detalhado possível sobre as características deste universo de estudo, concluído com uma comparação entre dados da pesquisa de Bila Sorj e a pesquisa atual.

Análise do perfil

- a maior parte dos entrevistados pretende continuar como ambulante;
- preferem o próprio local de trabalho;
- com exceção da Feira Hippie [turistas], maior parte dos clientes é fiel;
- é considerável o percentual de ambulantes do sexo feminino, muitas delas responsáveis pela renda familiar;
- predominam os ambulantes entre 41 e 60 anos de idade;
- a permanência no local varia: até 10 anos no Centro; de 10 a 20 anos no Catete; mais de 20 anos na Feira Hippie;
- a maioria têm casa própria,
- a maioria atingiu o ensino médio;
- solteiros estão em maioria, mas é significativa a presença de ambulantes casados;

Análise da condição operacional

- nas três áreas pesquisadas, vendem produtos específicos para cada área;
- apresentam a maioria de clientes fiéis, indicando pleno conhecimento dos mecanismos de venda local;
- reconhecem todos eles os mesmos problemas relativos às áreas onde atuam: sujeira, mendigos, segurança, concorrência [de ambulantes não cadastrados], e o clima [relativo à proteção da barraca];
- dentre as dificuldades do cotidiano, a maior é a falta de banheiros públicos;
- a maioria quer modificar a barraca e a chuva é o maior problema;
- boa parte sugeriu o uso de acessórios específicos de acordo com os produtos;
- a maioria usa um esquema de montagem e desmontagem terceirizado;
- grande parte paga depósito para guardar mercadorias.

Comparação entre as pesquisas 1987 [Bila Sorj] e 2008 [deste trabalho]

- o número de empregados de ambulantes diminuiu;
- instabilidade da atividade anterior transformada em clientela fiel;
- ascensão social com a compra da casa própria;
- 90% moravam no Rio de Janeiro, hoje grande parte mora na região metropolitana;
- maioria vendia comida e bebida, hoje vendem produtos

- especializados por área;
- diminuiu o número de ambulantes que já trabalharam formalmente;
- ratificamos a estratégia político administrativa de regulação e controle.

Uma das conclusões mais importantes relaciona-se com a consolidação da atividade no espaço público, indicada por uma forte determinação dos ambulantes pela continuidade da atividade. Em todas as três áreas pesquisadas, índices de mais de 60% definem que o espaço público vai continuar a ser palco das vendas do comércio ambulante. Encarar a questão no planejamento urbano e no projeto urbano é uma necessidade, que deve ser realizada com a interferência de todos os grupos que podem contribuir para a melhoria do espaço público. As leis, a gestão, o planejamento e o projeto, que inclui o urbanismo e o design devem servir de base para a formulação de uma política urbana que considere a presença do comércio ambulante no espaço público da cidade, em troca de alguma contrapartida por parte desta população.

3.5 Possibilidades de abordagem do comércio de rua no projeto urbano

Uma das nossas principais questões era: será possível trabalhar para que a existência da atividade seja de alguma forma considerada no planejamento e no projeto urbano? Esta atividade, que usufrui do espaço público para uma atividade privada, é característica dos países em desenvolvimento ou vamos encontrá-la em outros locais?

Em pesquisa de observação e entrevista verificamos a existência da atividade em muitos países desenvolvidos. Os ambulantes, tanto na cidade do Rio de Janeiro, como nos países da Europa, fazem parte de um movimento de migração que encontra no comércio de rua, nos dias atuais, as mesmas perspectivas de ganho que movimentaram os mascates no início do século XIX. A imagem do comércio de rua em outras cidades nos faz perceber sua permanência e a evidente necessidade de ser trabalhado como um dado do projeto urbano.



Paris 2001



Paris 1994



Paris 2008



Roma 2008



Veneza 2008



Florença 2008



Florença 2008



Cascais 2008

Todavia, é imprescindível a compreensão de todos os lados da questão, apreendidos por um conjunto de atores, para tornar possível uma solução mantida por este próprio conjunto. O exemplo Rio Orla ratifica esta questão num projeto concreto, em que se buscou a participação de vários setores, ainda que sem a metodologia que sugerimos na dissertação, que inclui alguns parâmetros para trabalhar o projeto, baseados em Tsiomis:

- procedimentos transdisciplinares;
- correção com a gênese do novo [história: atualidade+futuro];
- articulação entre o antigo e o novo, entre o social e o espacial;
- urbanismo de contexto, sem modelos formais pré-definidos;
- urbanismo de atores [confrontação, negociação e parceria];
- urbanismo de articulação entre o público e o privado [com participação de agentes financeiros e legais].

Além destes parâmetros, há que se considerar os seguintes conceitos:

- urbanismo em rede
novas formas de instituições urbanas mais eficazes incluindo o autocontrole através de lideranças;
- posturas específicas, para cada área, criadas através de códigos de postura, com conceitos gerais e normas de procedimento;
- promoção de um ambiente seguro, através da sólida relação entre ambulantes e usuários, transformando o problema em solução como contrapartida pelo uso do espaço público;
- adequação e diversidade no uso do espaço público, observando espaços vazios, criando estratégias específicas com avaliação do entorno;
- um método de implantação que permita a flexibilidade de soluções com avaliação continuada.

Com base na Avaliação FISP – Fases Integradas da Solução de Problemas de Mike Baxter, foram estabelecidas algumas fases gerais com questões para ajudar a pensar e avaliar cada atividade relacionada com as tarefas e com as pessoas, no processo de trabalho de uma equipe transdisciplinar,

- Atividades iniciais: definição do problema e estabelecimento da coordenação do grupo, que deve se responsabilizar pela logística de funcionamento;
- Informações a serem coletadas;
- Geração de idéias;
- Escolha da solução;
- Desenvolvendo as idéias;
- Desenvolvimento de posturas para o uso do equipamento e do espaço;
- Avaliação da solução final;
- Avaliação das possibilidades de produção e implantação;
- Avaliação dos resultados e novas propostas.

Para que o projeto urbano seja completo, deve fazer parte a definição do problema, a busca de uma solução de adequação à diversidade dos usos do espaço público, que vai definir a forma e a possibilidade dos equipamentos a serem desenvolvidos, de acordo com os padrões e necessidades dos residentes e/ou usuários daquele local.

3.6 O suporte para o comércio de rua

Christopher Alexander [1978:24] define que no espaço urbano “nenhum padrão está isolado, cada padrão existe, sustentado por outros padrões maiores em que se insere, da mesma ordem que o complementam, e menores que estão inseridos nele; e que nenhum padrão pode ser construído isoladamente”.

Assim para que o design se integre ao projeto urbano é imprescindível que se observe alguns critérios de projeto:

- integrar o design através dos dados enfatizam a relação com o projeto urbano;
- integrar a metodologia do projeto de design ao processo de projeto urbano atentando para o protótipo como objeto a sofrer alterações;
- observar o recorte projetual, ou o tipo de mobiliário a ser projetado e tipo de problema a ser resolvido, incluindo: viabilidade, escala de produção, uso e contexto;
- atentar para os requisitos de projeto: funcionalidade, versatilidade, ergonomia, segurança formal, conforto, proteção, escala compatível e materiais adequados;
- desenvolver o conceito estético integrativo [Dieter Mankau];
- analisar o significado da imagem inserida no contexto;
- projetar para uma produção adequada à quantidade a ser produzida e às condições de uso.

A cidade é um local complexo, com muitas interferências no espaço público. Um trabalho de equipe transdisciplinar sob as condições aqui apresentadas, vai demandar um planejamento prévio de trabalho consistente, para que algum resultado satisfatório seja possível.

A ajuda de uma lista de itens de orientação de projeto [check list] que apresente as interferências no projeto de design contribui para o processo de trabalho. Os principais temas para a formalização desta lista são:

- Parâmetros legais e normativos;
- Parâmetros do projeto urbano;

- Características funcionais da atividade;
- Levantamento de dados para o design do produto;
- Levantamento de dados sobre o tipo de produção;
- Profissionais consultores.

Conclusão

Ao projeto urbano interessa pensar a cidade enquanto ação e futuro. Entendê-la na sua "biodiversidade" é a única forma, de empreender uma ação efetiva no seu espaço público.

Essa é a busca, iniciada na percepção do contraste entre as abordagens de comércio ambulante no desenvolvimento dos projetos Rio Orla e Rio Cidade 1, dos quais participamos, nos levou à questões do estudo do projeto urbano, para as quais não tínhamos respostas. Aprofundar esse tema, na configuração do mundo contemporâneo nos pareceu um caminho interessante a ser explorado.

Para encontrar esse caminho, consideramos importante, um olhar analítico que examinasse suas diversas influências. E através desse olhar, chegamos às proposições fundamentais:

- o trabalho transdisciplinar, envolvendo os atores envolvidos;
- uma sugestão de metodologia de trabalho para apontar possibilidades desse tipo de ação, e
- premissas básicas que estabeleçam parâmetros para esse tipo de projeto.

Concluimos finalmente que, somente essa equipe transdisciplinar, que trabalhe o urbano nas perspectivas aqui apresentadas, num processo de revisão contínua, poderá configurar um ambiente de qualidade de vida nesses espaços da cidade.

Acreditamos que este processo inclua um exercício prático de cidadania, capaz de modificar procedimentos, conseqüentemente, criar novos paradigmas.

Bibliografia*

*** A bibliografia deste artigo está inserida nesta bibliografia maior, da dissertação.**

- ABREU, Maurício de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO, ARGULLOL, Rafael. A Cidade Turbilhão, In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, 1994, pp. 60 a 68.
- ALBUQUERQUE, R. C. (Coord.). O Brasil social: realidades, desafios, opções. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.
- ALEXANDER, Christopher. The city as a mechanism for sustaining human contact. Edwald Ed., 1967.
- ALEXANDER, C. A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction. Oxford. Oxford University Press. 1978
- ALEXANDER, C. El modo intemporal de construir. Barcelona, Gustavo Gilli:1981.
- ARANTES, Otilia. A ideologia do lugar público, in O lugar da Arquitetura depois dos Modernos, Edusp, SP, 1993.
- ARANTES, Antônio A. A Guerra dos Lugares, in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, 1994, pp. 190 a 203, Rio de Janeiro.
- ARGAN, G. C. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ASCHER, François. Métápolis ou L'Avenir des Villes. Paris: éditions Odile Jacob, 1995
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro. 2001.
- BAXTER, Mike. Projeto de Produto. Editora Edgard Blücher. Rio de Janeiro. 1998
- BENEVOLO, Leonardo. A Cidade na História da Europa. Editorial Presença, Queluz do Baixo,

Portugal, 1996.

- BONSIEPE, Gui. A tecnologia da tecnologia. Editora Edgard Blücher, São Paulo. 1983.
- BRANDÃO, Maria Beatriz A. Design para Produtos de Uso Público: as Relações Interdisciplinares, in Anais do 3º Congresso Internacional de Pesquisa em Design, Rio de Janeiro, outubro de 2005.
- BRENNA, Giovanna Rosso Del, O Rio de Janeiro de Pereira Passos, Uma cidade em Questão II, Pesquisa promovida pelo Solar Gradjean de Montigny – PUC-RJ, patrocinada pela Shell, Rio de Janeiro, 1985.
- BÜRDEK, Bernhard E. História Teoria e Prática do Design de Produtos, Editora Edgard Blücher, São Paulo. 2006
- CALDEIRA, Teresa. City of Walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo. Tese de doutorado na Universidade da Califórnia, Berkeley, Estados Unidos, 1992, in São Paulo; Espaços Públicos e Interação Social, de Heitor Frúgoli Funior.
- CARR, Stephen et al. Public Space, USA, Cambridge University Press, 1992.
- CARMONA, Michel. Mobilier Urbain. Presses Universitaires de France, 1985.
- CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume I: A sociedade em rede. Paz e Terra. São Paulo, 1999.
- CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro Setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004.
- CEZAR, Paulo B. et alli. A Praça Mauá na Memória do Rio de Janeiro. João Fortes Engenharia e Editora Ex Libris. 1989
- COSTA, Cacilda Teixeira da. O Sonho e a Técnica: Arquitetura de Ferro no Brasil, EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- COSTA, Elizabeth Goldfarb. Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo. EDUSP, São Paulo, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia, Editora Ática, São Paulo, 1994.
- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. Editora Perspectiva, São Paulo, 1998.
- CHOAY, Françoise. Nova Babel: el reino de lo urbano y la muerte da cidade, in Arquitetura Viva, no 35, março/abril, 1994, Madrid.
- COHEN, Aaron. A la Decouvert de Rio. Geocolor S. A. 1979
- CREUS, Màrius Q. Espacios, Muebles y Elementos Urbanos, in Elementos Urbanos: Mobiliário y Microarquitectura de Josep M. SERRA, Editorial Gustavo Gili. Barcelona. 1996.
- CURVELANO JR, Nelson. Legislação Fiscal do Município do Rio de Janeiro. Editora Via Legis. Rio de Janeiro, 2004.
- CZARNOWSKI, Thomas V. The Street as a Communications Artifact, in On Streets. Boston: MIT Press, organizado por Stanford Anderson 1986.
- DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Coleção Reconquista do Brasil (3ª série). Editora Itatiaia Ltda e Editora da Universidade de São Paulo. 1989. Tomos Primeiro e Quarto.
- DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. Editora Pini. São Paulo. 1990
- DELGADO, Ana Paulo T. Aspectos Jurídicos do Comércio Ambulante no Rio de Janeiro, in Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização, org. M. de Fátima C. Marques Gomes. DP&A: Faperj, Rio de Janeiro. 2006
- DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- FERREIRA, Aurelio B. de H: Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- FERREZ, Gilberto. O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez. João Fortes Engenharia e Editora Ex Libris. 1984.
- FRUGOLI JR, Heitor. São Paulo – espaços públicos e interação social. Editora Marco Zero, SESCSP, 1995.
- GOMES, M. de Fátima C. Marques [org.]. Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. org. M. de Fátima C. Marques Gomes. DP&A: Faperj, Rio de Janeiro. 2006
- GOULART, José Alípio. Mascates no Brasil. Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1967.
- GUATÁRI, Felix. A reestruturação da cidade subjetiva. In: "Caosmose, um novo paradigma estético". Editora 34, São Paulo, 1992.
- GUTMAN, Robert. La Generación de la Calle, in ANDERSON, Stanford, Calles: Problemas de Estructura y Diseño, Gustavo Gili, Barcelona, 1981.
- HERMANN, Bernard et alli. Rio. Les Éditios du Pacifique. 1977
- HERNANDEZ, Helia R. e BÂRCENAS, Víctor M. 1er Seminário de Teoria General de los Diseños - Coordenadores Universidad Autonoma Metropolitana - Unidad Azcapotzalco. Tamaulipas. 1997
- IBAM/CPU. Manual para Implantação de Mobiliário Urbano na Cidade do Rio de Janeiro. IBAM/CPU, PCRJ/SMU, 1996
- JACOBS, Jane. The Death and Life of American Cities, Vintage Books, Nova York, Estados Unidos, 1992.
- LEME, M. Cristina da S. O impacto da globalização em São Paulo e a precarização das condições de vida in Revista Eure (Vol. XXIX, nº 87), Santiago de Chile, 2003.
- LESSA, Carlos. O Rio de Janeiro de Todos os Brasis. Editora Record. Rio de Janeiro. 2000
- LINCH, Kevin. Good city Form. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts, USA, 2000
- MADRID, Javier Estinou, in 1er Seminário de Teoria General de los Diseños. Unidad Azcapotzalco. Tamaulipas. 1997

- MAIA, Rosemere. Políticas Urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca de competitividade no "mercado mundial" das cidades, in *Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização*. org. M. de Fátima C. Marques Gomes. DP&A: Faperj, Rio de Janeiro. 2006
- MARTINS, Angela Maria M. Ambiências que abrigam o comércio informal no Rio de Janeiro. O estudo de caso da rua Uruguaiana, in *Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização*, org. M. de Fátima Cabral Marques Gomes. DP&A: Faperj, Rio de Janeiro. 2006
- MATTES. D.; TAGNIN, R. A. Saneamento ambiental - ações e políticas no Município de São Paulo. In: *Seminário Metrôpoles Latino-Americanas (2: 1992: São Paulo)*. São Paulo: v. 3, [s.n.], p.31, 1992.
- MOBILIER URBAIN. Centre de création industrielle, Paris, 1972/73.
- MONNET, Jérôme. Do vendedor ambulante ao cliente ambulante: um modelo teórico das relações entre o comércio de rua e a metropolização, in *Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização*, org. M. de Fátima Cabral Marques Gomes. DP&A: Faperj, Rio de Janeiro. 2006
- MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. O Rio de Janeiro Imperial. Topbooks Editora. Rio de Janeiro. 2000
- MELO, Hildete P. e TELES, Jorge L. Texto para discussão nº 773 - Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro IPEA. 2000, issn 1415-4765 [resgatado na internet <http://www.ipea.gov.br>]
- PARENTE, José Inácio et alli. Rio de Janeiro: Retratos da Cidade. Interior Produções. 1994.
- PINHEIRO, Augusto Ivan de F. Imagem em Movimento in *Rio de Janeiro: Retratos da Cidade*. Interior Produções. 1994. pag. 153
- PIRES, Elson Luciano Silva. O informal revisitado: produto do crescimento da economia brasileira. FPSLCPAM, São Paulo, 1993 (Estudos e pesquisas 3).
- PORTAS, Nuno. Urbanismo e Sociedade: Construindo o Futuro, in *Cidade e Imaginação*. UFRJ/FAU/PROURB, Organizadores Denise B. Pinheiro Machado e Eduardo Mendes de Vasconcellos. 1996
- RATTO, Luiz. Comércio: um mundo de negócios. Editora Senac Nacional, Rio de Janeiro, 2004.
- REDIG, Joaquim, O Sentido do Design. Edição do autor, Rio de Janeiro, 1977
- RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Rio de Janeiro. Plano Diretor Decenal da Cidade. Rio de Janeiro, 1993.
- REVISTA DO MIGRANTE. Ed. Travessia, São Paulo, n. 16. maio-ago, 1993.
- REVISTA DO PATRIMÔNIO. IPHAN / Ministério da Cultura, Rio de Janeiro, nº. 23, 1994.
- RICHARDS, Brian. New movements in cities. Studio Vista, London, e Reinold Publishing Corporation, New York, 1966.
- ROSENAU, Helen. A Cidade Ideal: Evolução Arquitetônica na Europa. Editorial Presença, Queluz do Baixo, Portugal, 1988.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. A cidade como um jogo de cartas. Universidade Federal Fluminense: Niterói e Projeto Editores: São Paulo, 1988
- SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção: Edusp - Editora Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- SERRA, Josep M. Elementos Urbanos: Mobiliário y Microarquitectura. Editorial Gustavo Gili. Barcelona. 1996.
- SORJ, Bila. Vendedores, ambulantes: visibilidade social e invisibilidade sociológica. Tempo e presença, Rio de Janeiro, n. 269, 1993.
- SORJ, Bila. O sonho perseguido, in *Ciência Hoje*, vol. 8/nº 47, Rio de Janeiro, outubro de 1988.
- STEWART, Cecil. A prospect of cities. Longmans, Green and Co Ltd. Londres, 1952.
- TSIOMIS, Yannis. Projeto Urbano Embelezamento e Reconquista da Cidade, in *Cidade e Imaginação*. UFRJ/FAU/PROURB, Organizadores Denise B.1996.
- TSIOMIS, Yannis. Le style c'est la demarche, in *Concevoir. Lês Cahier de la Recherche Architecturale*. No 34. Marseille. Ed. Paranthèses.1993.
- VILLAS-BÔAS, Renata et alli. São Paulo: Conflitos e Negociações na Disputa pela Cidade. Pólis, nº 23, 1996, Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
- WALSH, R. Notícias do Brasil. Coleção Reconquista do Brasil (3ª série). Editora Itatiaia Ltda e Editora da Universidade de São Paulo. 1985. Primeiro Volume
- WHYTE, William H. The Social Life of Small Urban Spaces. The Conservation Foundation. Washington, Estados Unidos, 1988.
- ZEIZEL, John. Inquiry by Design: Environment/Behavior... in *Architecture, Interiors, Landscape, and Planning*, Nova Yorque. W.W. Norton & Company, Inc. 2006